

Il procedimento di espulsione lanciato dal SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) incontra delle difficoltà, dal momento che il Maricco non vuole riconoscere la nazionalità dei 23 marocchini detenuti in un centro per immigrati a Porto. Lo stato portoghese vuole rendere questo caso un caso esemplare di espulsione rapida, per non lanciare segnali positivi all'apertura di una nuova rotta verso le coste portoghesi. Ora si teme che il procedimento di espulsione duri più di 60 giorni, durata massima legale per la detenzione in Portogallo.
<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1316780&idCanal=62>

Prazo para a detenção termina dentro de um mês

Marroquinos que desembarcaram no Algarve podem ser libertados em Portugal

16.01.2008

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras está a ter dificuldades em concluir o processo de expulsão dos 23 imigrantes marroquinos que, no passado dia 17 de Dezembro, procuraram entrar no país ilegalmente, vindos de barco do Norte de África. O problema com que o SEF se está a deparar terá que ver com a falta de documentos de identificação de boa parte dos estrangeiros com a resistência da embaixada de Marrocos à sua readmissão no país de origem.

Caso este impasse não se resolva, e não surja entretanto uma decisão de expulsão, dentro de um mês os imigrantes que se encontram detidos na Unidade Habitacional de Santo António, no Porto, terão de ser libertados, de acordo com a lei.

Este é um cenário temido por responsáveis do SEF desde o início do processo, e que repete o que se tem passado nos últimos anos em Espanha, onde o enquadramento jurídico nesta matéria é semelhante ao existente em Portugal.

Foi por esta razão que, assim que se soube do desembarque na ilha da Culatra, em Olhão, dos cidadãos marroquinos, o presidente do sindicato dos inspectores do SEF, Gonçalo Rodrigues, reclamou celeridade no processo de expulsão. O objectivo era dar um sinal claro de que Portugal não contemplaria com fluxos marítimos de imigração irregular, vindos do Norte de África, e de que em Portugal não sucederia o mesmo que acontece em Espanha.

Milhares de imigrantes clandestinos africanos, sobretudo de nacionalidade marroquina, desembarcam anualmente nas praias da costa sul espanhola e nas Canárias. A maioria viaja sem documentos, já prevendo que o seu processo de expulsão será travado perante as dificuldades criadas por Marrocos na sua readmissão.

Findos 60 dias de alojamento nos centros de detenção, os imigrantes são libertados, engrossando as estatísticas dos clandestinos e obrigando a processos de regularização maciços, como o que sucedeu em 2005.

Expulsão

Gonçalo Rodrigues previra inicialmente que a expulsão dos marroquinos detidos em Olhão demoraria uma semana. O inspector do SEF, responsável pela Delegação Regional de Santarém, alegava que tal seria possível, mesmo com indocumentados, uma vez que as relações diplomáticas entre Lisboa e Rabat eram melhores do que as entre Madrid e Rabat. Ou seja, admitia-se que Marrocos iria passar os salvo-condutos necessários, nestas ocasiões, para que os cidadãos pudessem reentrar no seu país.

Sucede que a instrução do processo complicou-se. Segundo uma fonte conhecedora do caso, Marrocos ainda não reconheceu os indocumentados, estando o SEF a fazer as provas da sua nacionalidade e do país de onde partiu o barco que desembarcou na ilha da Culatra.

João Teixeira Lopes, do Bloco de Esquerda, que no passado dia 5 visitou os imigrantes marroquinos no centro de detenção do Porto, confirmou ontem ao PÚBLICO que "o processo está demorado". "A ideia que nos passaram, na Unidade Habitacional de Santo António, é que se poderá ultrapassar os 60 dias previstos para a sua detenção", acrescentou, mostrando-se preocupado com a libertação dos cidadãos, numa situação em que não terão condições de sobrevivência.

A advogada de alguns dos imigrantes detidos no Porto, por sua vez, recusou dar qualquer informação sobre a situação dos seus clientes. Manuela Costa adiantou que "estão a ser seguidos os trâmites normais" e

afirmou-se impotente para contrariar uma decisão de expulsão.

Oficialmente, a questão tem sido tratada com cautela pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. A possibilidade de as habituais rotas marítimas da imigração ilegal, oriundas do Oeste e do Norte de África, se deslocarem da costa espanhola para as praias do Algarve e da Madeira, contornando-se assim a intensificação da vigilância marítima pela Guardia Civil espanhola, é uma hipótese receada há cerca de dois anos pelos ministérios da Defesa e da Administração Interna portugueses.